

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0018/2025
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 010/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUBARA - BA**, através da Pregoeira NAIANE ROCHA DE JESUS, designada por meio do decreto Municipal 2055/2025, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/06, e demais legislação aplicável, aplicando-se, subsidiariamente, as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA

Modalidade	Pregão Eletrônico
Apresentação de Proposta	De 27/02/2025 às 08:00h até 17/03/2025 às 14:00 (horário de Brasília)
Abertura da Licitação	17/03/2025 às 15:00 (horário de Brasília)
Critério de Julgamento	Menor Preço Por Lote
Modo de Disputa	modo de disputa “aberto”, conforme disposto no artigo 56, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Valor Estimado da Contratação	O valor total estimado da contratação e de: R\$ 628.091,10 (seiscentos e vinte e oito mil, noventa e um reais e dez centavos).

O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através de Sistema próprio, Locais de Divulgação de Informações sobre o Certame E Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações na Forma Eletrônica (licitações) no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

1.REGÊNCIA LEGAL

Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações e Lei Complementar 123/06 e suas alterações posteriores, bem como o **Decreto Municipal nº 1326/2022.**

2. DO OBJETO

2.1. A presente contratação tem como objetivo a aquisição de medicamentos para atendimento das demandas do Hospital Municipal, das unidades de Atenção Básica e demais unidades de saúde do município, garantindo o abastecimento contínuo e adequado para a dispensação à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS). A aquisição contempla medicamentos de uso essencial, necessários para a manutenção dos serviços de saúde, abrangendo tratamentos de doenças crônicas, emergenciais e condições agudas,

conforme necessidade dos pacientes atendidos em diferentes esferas, tudo em conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta de preço, que constituem partes integrante deste instrumento:

2.2. Fica esclarecido que a Prefeitura Municipal de Saubara irá adquirir os produtos, de acordo com a demanda de consumo, não havendo obrigação de adquirir a totalidade das quantidades especificadas no termo de referência, observando-se, na compra dos produtos, as seguintes condições, ensejando aplicação de multa e demais penalidades, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021:

2.3. Os itens deste certame, assim como sua especificação e quantitativo, encontra-se detalhados no Termo de Referência.

2.4. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO LOTE, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.5. A entrega dos materiais deverá observar as condições, detalhes e critérios estabelecidos neste edital e seus anexos.

3.DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA.

3.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.6 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

3.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

3.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.7. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto ao Portal eletrônico, com poderes específicos de sua representação no pregão.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo ANEXO V.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação, autorizados na forma da lei, que preencherem as condições de habilitação constantes deste Edital, desde que possuam cadastramento junto a BLL COMPRAS (www.bll.org.br).

4.2. A participação do licitante no PREGÃO ELETRÔNICO se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da www.bll.org.br através de manifestação de operador formalmente designado.

4.3. O acesso do operador ao pregão para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços em nome do licitante somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer

transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL COMPRAS ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. Acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor da licitação ou de sua desconexão.

4.7. Comunicar ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança para imediato bloqueio de acesso.

4.8. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta da “www.bll.org.br”, utilizar o **suporte técnico através do telefone (41) 3097 - 4600 ou através da BLL COMPRAS ou pelo e-mail: contato@bll.org.br.**

4.9. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema, relacionados no item anterior, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder imediatamente à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.10. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.12. Será aplicado os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrados contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.13. O(s) item(ns) e lote(s) de valor(es) estimado(s) até R\$ 80 mil e aquele(s) relacionado(s) à aquisição de bem(ns) de natureza divisível, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, serão exclusivos à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposição no Termo de Referência.

4.14. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não será permitido a participação do licitante:

4.14.1. Que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.14.2. Agente público do órgão licitante, nos termos do §1º do art. 9º da Lei 14.133/2021;

4.14.3. Entidades do terceiro setor, assim classificadas como Organização da Sociedade Civil - OSC, atuando nessa condição;

4.14.4. Reunido em consórcio, salvo se autorizado no quadro constante do preâmbulo deste edital.

4.14.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.14.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.14.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.14.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.14.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de concorrendo entre si;

4.14.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.14.11. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.14.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.14.13. O impedimento de que trata a alínea b será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.14.14. A vedação de que trata a alínea f estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com o preço ou o percentual de desconto conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

5.3. No caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame para aquele item.

5.4. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.5. Caso o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não será aplicado as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a(s) proposta(s) inserida(s) no sistema até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas após a fase de envio de lances.

5.10. Se o sistema assim permitir, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.10.2. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, se o sistema assim permitir, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema quando adotado o critério de julgamento por menor

preço e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.10.3. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10.2 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico dos seguintes campos, conforme o caso:

6.1.1. Valor unitário e total do item/lote, junto aos quais se considerarão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado, incluindo o frete e descarga

6.1.2. Quantidade;

6.1.3. Marca fabricante (não se aplica a serviço).

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para a contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrente: marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

6.5. Os preços ofertados tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. O licitante tem a oportunidade de cancelar o seu próprio lance uma única vez por item/lote.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que observado o disposto na legislação vigente (art. 17 e art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006).

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua apresentação.

6.11. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NA PROPOSTA DO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou por permissão da PREGOEIRA em sessão pública por meio de sistema eletrônico na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a PREGOEIRA e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de

sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e indicado no quadro do preâmbulo deste edital.

7.10. Caso seja adotado para o envio de lances no PREGÃO ELETRÔNICO o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem anterior será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a PREGOEIRA, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.15. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.16. Caso seja adotado para o envio de lances no PREGÃO ELETRÔNICO o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos com lance final e fechado.

7.17. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.18. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.19. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta ou por ofertar melhor lance.

7.20. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.21. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.22. Caso seja adotado para o envio de lances no PREGÃO ELETRÔNICO o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço ou maior desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.23. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **7.22**, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.24. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será

prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.25. A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem anterior será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.26. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.27. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a PREGOEIRA, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.28. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.29. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de desconto, conforme o caso.

7.30. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor ou desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.31. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.

7.32. No caso de desconexão com a PREGOEIRA no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.33. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a PREGOEIRA persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela PREGOEIRA aos participantes no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação e do sistema do pregão.

7.34. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.35. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será identificado pelo sistema as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.36. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.37. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.38. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.39. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.40. Os procedimentos indicados nos itens 5.36 a 5.39 não serão levados em consideração quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.41. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.42. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

7.43. Persistindo o empate, será aplicado o disposto no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

7.44. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a

PREGOEIRA poderá negociar condições mais vantajosas após definido o resultado do julgamento.

7.45. No caso de licitação por lote, a contratação posterior de item específico que compõe o lote será observada nos preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

7.46. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo, salvo no caso de situação excepcional a ser indicada no Termo de Referência.

7.47. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.48. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.49. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.50. Se necessário, a PREGOEIRA solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, prazo esse que é o mesmo para apresentação dos documentos de habilitação conforme disposto no item 9.5.

7.51. Poderá ser exigida ainda a decomposição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.52. É facultado a PREGOEIRA prorrogar o prazo estabelecido a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo.

7.53. Após o envio da proposta readequada, amostras (quando for o caso) e dos documentos de habilitação, a PREGOEIRA iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Após o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação, a PREGOEIRA verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.14 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, disponíveis em <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

8.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado por falta de condição de participação.

8.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a PREGOEIRA verificará se faz jus ao benefício em conformidade com o disposto neste edital.

8.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a PREGOEIRA examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

8.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1. Contiver vícios insanáveis;

8.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada quando exigido pela Administração;

8.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos desde que insanável.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. A inexequibilidade neste caso só será considerada após diligência da PREGOEIRA oportunizando o licitante para que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.7. No caso de serviços de engenharia, poderão ser consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, devendo, contudo, a exequibilidade ser comprovada pela licitante quando da apresentação de sua proposta readequada. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. A comprovação de exequibilidade poderá ser exigida por meio da apresentação de documentos que detalhem os custos de execução do objeto licitado, incluindo:

- Planilha de composição de custos unitários;
- Notas fiscais ou contratos recentes que comprovem os valores praticados no mercado;
- Demonstração de vantagem econômica, com base em processos produtivos eficientes ou ganhos de escala;

• Outras evidências que comprovem a viabilidade da proposta. Em conformidade com o **Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário**, a Administração poderá realizar **diligências** para verificar a consistência das propostas que apresentarem indícios de inexequibilidade, solicitando esclarecimentos adicionais ao licitante ou adotando outras medidas que julgar necessárias. A diligência deverá ser documentada e o licitante terá prazo de **2 (dois) dias úteis** para apresentar as justificativas solicitadas.

8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.10. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega sem justificativa aceita pela PREGOEIRA, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a PREGOEIRA analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e assim sucessivamente até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.2. As Certidões deverão ter a validade relativa à data de ocorrência do certame, sob pena de inabilitação.

9.1.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.1.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de

assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.1.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.1.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.1.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.1.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.1.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.1.10. Para habilitação nesta licitação será exigida a seguinte documentação:

9.2. Habilitação Jurídica

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) Cópia dos documentos dos sócios ou do representante legal (RG e CPF).
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

9.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa aos tributos federais e à Dívida Ativada da União, no âmbito da RFB e da PGFN abrangendo inclusive as contribuições sociais, previstas nas alíneas “a” e “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991;
- b) Prova de regularidade com as Fazendas Estaduais e Municipais da sede da licitante.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com prazo de validade de 180 (cento e oitenta dias), contados da data de sua emissão, de acordo com a Legislação federal “Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011”.

9.4 Qualificação Técnica

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;
- b) Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.
- c) Para fins de comprovação de capacidade técnica, a Administração pode exigir atestados de desempenho anterior ou outros documentos que comprovem a execução de atividades compatíveis com o objeto da licitação. O dispositivo legal reconhece a possibilidade de utilizar **diversos documentos**, como **notas fiscais**, **contratos** ou **extratos de contratos**, desde que sejam pertinentes e comprovem a capacidade técnica do licitante de executar o objeto licitado.
- d) **Alvará ou Licença Sanitária** expedido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual ou Municipal da sede da licitante, comprovando a autorização para funcionamento do estabelecimento conforme a legislação vigente.
- e) **Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE)** emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme exigido pelo Ministério da Saúde, para a atividade exercida.
- f) **Certificado de Regularidade da Empresa** expedido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF), atestando a regularidade do estabelecimento junto ao respectivo órgão de classe.
- g) **Comprovação da Habilitação Legal do Responsável Técnico**, por meio de Certificado de Regularidade expedido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF), nos termos do art. 27, inciso I, do Decreto nº 74.170, de 10 de junho de 1974, alterado pelo Decreto nº 793, de 05 de abril de 1993.
- h) **Importante:** Não serão aceitos protocolos de solicitação ou documentos equivalentes pendentes de deferimento. O não atendimento desta exigência resultará na inabilitação da licitante.

9.5 Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 90 dias, anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.
- b) Comprovação de capital mínimo registrado e integralizado ou patrimônio líquido mínimo no valor equivalente a 10% do valor estimado da contratação, na forma estabelecida no Termo de referência, através de Certidão de breve relatório expedida pela junta comercial ou instrumento de alteração contratual devidamente registrado no órgão competente.
- c) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, considerando forma e calendários legais, acompanhados dos Termos de abertura e Encerramento do livro Diário devidamente registrado no órgão competente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada à substituição por balancete ou balanço Provisório. O licitante apresentará conforme o caso, autenticados, publicação do Balanço ou cópias reprográficas das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultados com os respectivos Termos de abertura e Encerramento registrado na Junta Comercial do Estado da sede da Licitante, ou no Cartório do Registro de Títulos e Documentos, todos obrigatoriamente firmados pelo Contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade (DHP) e pelo Dirigente/sócio, qualificados.
- d) A boa situação financeira do Licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e liquidez Corrente (LG), maiores que 1,0 (um), resultante da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.
- e) vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

- f) É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.
- g) Os documentos referidos na alínea – c) do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

$$\begin{aligned} LG &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ SG &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{ou} > 1,0 \\ LC &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 0,6 \end{aligned}$$

Serão considerados aceitos na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstração contábeis assim apresentado sociedades regidas pela lei Federal nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- - Publicados em Diário Oficial: ou,
 - - Publicados em jornal de grande circulação: ou,
 - - Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante: Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (Ltda) ou similares.
 - - Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;
 - Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar n 123/06 Lei Geral das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte:
 - - Por fotocópia (do balanço e demonstração contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- e) No caso de microempresa empresa de pequeno porte optante pelo simples Nacional, poderão opcionalmente, adotar contabilidade simplificada, comprovação esta será dada pela certidão simplificada a qual substituirá o balanço patrimonial.

9.6 Declaração para Habilitação unificada

9.6.1 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

9.6.2 A regularidade dos documentos exigidos será confirmada a autenticidade por meio de consulta “on-line”.

9.6.3 Quando a licitante estiver participando da licitação com a documentação de habilitação de uma filial, deverá apresentar os documentos relativos à Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, com a Seguridade social e Certidão de Falência ou Concordata da sede da licitante.

9.6.4 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.6.5 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.6.6 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.6.7 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.6.8 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.6.9 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.6.10 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.6.11 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.6.12 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a)** se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b)** se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c)** se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- d)** serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.13 A Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

9.6.14 Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do SAAE, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.6.15 A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao(a) Pregoeiro(a).

9.6.16 Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

9.6.17 A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

10.1 O Arrematante poderá ser convocado para apresentar as amostras dos produtos por ele ofertados, para 9.2 verificação de sua qualidade e do atendimento às especificações do Termo de Referência;

10.2 O Arrematante poderá ser entregar 01 (uma) amostra de cada produto ofertado, devidamente identificado, correspondentes a aqueles que serão entregues;

10.3 Nos Casos em que forem solicitadas, as amostras deverão entregues pelo Arrematante provisoriamente classificado em primeiro lugar, das 9h00min às 16h00min, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a realização do Certame, no endereço: Rua Ananias Requião, Centro, no prédio da prefeitura Municipal de Saubara – Comissão de Licitação.

11 DO CONTRATO, DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATUAIS.

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, contados a partir da data de sua convocação, para

assinar o contrato, cujo prazo de vigência encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

11.2 O contrato poderá ser assinado eletronicamente, no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil, ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor da licitação.

11.3 Observando – se o Art. 176. Da lei 14.133/2021.

11.4 A existência do contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.5 Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Os valores contratuais poderão ser reajustados ou revisados conforme previsto em lei e nos termos estabelecidos no contrato.

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, na proposta de preços;

11.2. Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IGPM** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021;

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, conforme disposto no inciso II desta cláusula;

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo

11.8. O reajuste será realizado por meio de termo aditivo.

12 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS CONTRATUAIS

12.1. Na hipótese de o preço contratual tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o contratado para negociar a redução do preço.

12.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o contratado será liberado do compromisso assumido quanto ao item contratado, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.3. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os licitantes remanescentes na ordem de classificação para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

12.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

12.5. Na hipótese de redução do preço contratual, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da licitação para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratual e o contratado não puder cumprir as obrigações estabelecidas, será facultado ao contratado requerer ao órgão gerenciador a

alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

12.7. Neste caso, o contratado encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço contratual em relação às condições inicialmente pactuadas.

12.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço contratual, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o contratado deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do mesmo, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, na legislação aplicável e neste edital.

12.9. Na hipótese de cancelamento do contrato nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os licitantes remanescentes na ordem de classificação para verificar se aceitam manter seus preços contratuais.

12.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento do contrato e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

12.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço contratual, conforme previsto no item 12.7 e no item 12.8, o órgão gerenciador atualizará o preço contratual de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

12.12. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da licitação sobre a efetiva alteração do preço contratual para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

13 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. São obrigações do Contratante:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO de acordo com o contrato e seus anexos;

13.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

13.1.3. Notificar o Contratado por escrito sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido no total ou em parte, às suas expensas;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato;

Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato;

13.1.6. Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.1.7. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

13.1.8. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

14.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando ainda as obrigações a seguir dispostas:

14.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

14.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pela Administração, prontamente;

14.1.3. Assumir a responsabilidade por qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

14.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.5. Utilizar na execução do contrato materiais de boa qualidade, mão-de-obra qualificada e em quantidade suficiente para a fiel execução do objeto;

14.1.6. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela fiscalização da Administração, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

15 DOS RECURSOS

15.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, e observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

b) O prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

c) O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser

realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.4. O recurso será dirigido a PREGOEIRA ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou nesse mesmo prazo encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.8. A ausência de manifestação imediata de forma clara e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer nos termos do disposto no caput importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.2 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela PREGOEIRA durante o certame;

16.1.3 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

- Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

- Deixar de apresentar amostra, se for o caso;
- Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3.1. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, inclusive quanto à documentação visando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas;

16.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.6. Fraudar a licitação;

16.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.7.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.7.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. Advertência;

16.2.2. Multa;

16.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

16.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.3. A multa será recolhida em percentual de 05% a 30%, incidente sobre o valor da proposta do licitante que deu causa à infração, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.3.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 05% a 15%. 16.3.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6 e 16.1.7, a multa será de 15% a 30%.

16.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente ou não à penalidade de multa.

16.5. Na aplicação da sanção de multa e advertência, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, se for o caso.

16.7. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

16.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município.

17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico do pregão ou pelo e-mail indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

17.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial do órgão promotor da licitação e no sistema eletrônico do pregão no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

18.1. As despesas decorrentes desta licitação onerarão a seguinte dotação orçamentária do corrente exercício:

Dotação orçamentaria			
Unidade orçamentaria	Projeto/atividade	Elemento de despesa	Fonte de recursos
07.07 – Fundo municipal de saúde	2023 – Gestão das ações do fundo municipal de saúde	3.3.90.30.00 – material de consumo	1500 – 1600

20 OUTRAS COMPROVAÇÕES

20.1 Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo I

– A, elaborada em papel timbrado, atestando que:

20.1.1 Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório e que responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei (art. 63 I da Lei nº 14.133/2021);

20.2.1 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63 IV da Lei nº 14.133/2021);

20.3.1 Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63 §1º da Lei nº 14.133/2021);

20.4.1 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor a partir de 14 anos na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º XXXIII da Constituição Federal (art. 68 VI da Lei nº 14.133/2021);

20.5.1 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

20.6.1 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas;

20.7.1 Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município, acessível em <https://www.saubara.ba.gov.br/site/diariooficial>;

20.8.1 No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo, e ainda declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está

sendo cumprido;

20.9.1 No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;

20.10.1 Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.14 deste edital;

20.11.1 Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso para o propósito de execução e acompanhamento do contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória;

20.12.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em relação ao objeto da licitação.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pela PREGOEIRA.

21.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a Administração não será em nenhum caso responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

21.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis na íntegra no sítio oficial <https://www.saubara.ba.gov.br/site/diariooficial> e na plataforma eletrônica do pregão.

21.11 Integram este Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO VI - DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUBARA

CNPJ: 13. 040.233/0001-60

SAUBARA, 26 de fevereiro de 2025

Milene Araújo

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0018/2025**

1 – OBJETO

A presente contratação tem como objetivo a aquisição de medicamentos para atendimento das demandas do Hospital Municipal, das unidades de Atenção Básica e demais unidades de saúde do município, garantindo o abastecimento contínuo e adequado para a dispensação à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS). A aquisição contempla medicamentos de uso essencial, necessários para a manutenção dos serviços de saúde, abrangendo tratamentos de doenças crônicas, emergenciais e condições agudas, conforme necessidade dos pacientes atendidos em diferentes esferas.

2 – JUSTIFICATIVA

A presente aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal, as unidades de Atenção Básica e demais unidades de saúde do município é essencial para garantir a continuidade dos atendimentos e a dispensação adequada aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Tal medida assegura o direito constitucional à saúde, previsto no artigo 196 da Constituição Federal, que estabelece que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, devendo ser garantida por meio de políticas sociais e econômicas que reduzam o risco de doença e assegurem o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde.

A interrupção no suprimento de medicamentos compromete significativamente a execução dos protocolos clínicos e terapêuticos adotados pelos serviços de saúde, podendo acarretar no agravamento dos quadros clínicos dos pacientes. Esse desabastecimento impacta diretamente a qualidade do atendimento prestado, resultando em aumento da demanda por atendimentos emergenciais e hospitalares, sobrecarregando a infraestrutura de saúde e elevando os custos operacionais.

Além disso, a manutenção do estoque regular de medicamentos é fundamental para garantir a adesão ao tratamento adequado de diversas condições de saúde, incluindo doenças crônicas, infecciosas, psiquiátricas e outras patologias que requerem acompanhamento contínuo. O fornecimento ininterrupto desses insumos também é essencial para evitar complicações clínicas, reduzir taxas de reinternamento e promover uma abordagem preventiva e eficaz da saúde pública.

Outro aspecto relevante é a necessidade de cumprimento das normativas e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, que regulamentam a aquisição, armazenamento e distribuição de medicamentos na rede pública. O abastecimento adequado dos serviços de saúde municipal também contribui para a execução de programas estratégicos, como o Programa Nacional de Imunização (PNI), a Assistência Farmacêutica no SUS e as Políticas Nacionais de Atenção à Saúde de populações específicas.

Por fim, garantir a regularidade no fornecimento de medicamentos é um compromisso fundamental da gestão municipal com a saúde da população. A aquisição planejada e eficiente desses insumos possibilita um atendimento humanizado e eficaz, reduzindo desigualdades no acesso à saúde e promovendo uma melhor qualidade de vida para os cidadãos de Saubara. Assim, a continuidade desse suprimento se configura como uma necessidade imprescindível para a gestão eficaz e responsável dos serviços de saúde pública no município.

3 - CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS

LOTE 1

Item	Especificação	Und	Quant.	VI. Unit.	VI. Total
------	---------------	-----	--------	-----------	-----------

1	Aciclovir 200mg. A embalagem do produto devera conter a impressão " venda proibida pelo comercio " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr(comprimido)	Cp	1.000	R\$ 0,21	R\$ 210,00
2	Aciclovir 50mg/g, creme. A embalagem do produto devera conter a impressão " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: bng (bisnaga 10g) 50	Bng	50	R\$ 2,05	R\$ 102,50
3	Ácido acetilsalicílico 100mg. A embalagem do produto devera conter a impressão " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	8.000	R\$ 0,05	R\$ 400,00
4	Ácido fólico 5mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão " venda proibida pelo comercio." apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr(comprimido)	Cp	4.000	R\$ 0,05	R\$ 200,00
5	Albendazol 400mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Comprimido	Cp	800	R\$ 0,37	R\$ 296,0
6	Albendazol 40mg/ml, suspensão oral. A embalagem deve conter "venda proibida pela comércio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas práticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: frs (frasco com 10ml)	Fr	200	R\$ 1,07	R\$ 214,00
7	Alendronato de sódio 70mg. A embalagem do produto deverá conter a seguinte impressão: "venda proibida pelo comercio." Apresentar registro dos produtos na anvisa e	Cp	200	R\$ 0,27	R\$ 54,00

	certificado de boas praticas, fabricação e controle – cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documentos do pais de origem traduzido por tradutor oficial.comprimido				
8	Ambroxol, sal cloridrato 3 mg/ml, xarope. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio." apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco com 120ml)	Fr	300	R\$ 2,44	R\$ 732,00
9	Ambroxol, sal cloridrato 6 mg/ml, xarope. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio." apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco com 120ml)	Fr	300	R\$ 3,56	R\$ 1.068,00
10	Amoxicilina 500 mg. Cápsula a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio." apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: ca(cápsula)	Ca	3.500	R\$ 0,18	R\$ 630,00
11	Amoxicilina 50mg/ml, pó para suspensão oral. Deve conter na embalagem a descrição "proibida a venda pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco com 80ml)	Fr	250	R\$ 4,33	R\$ 1.082,50
12	Amoxicilina, associada com clavulanato de potássio 50 mg/ml + 12,5 mg/ml, suspensão oral . A embalagem deve conter venda proibida pelo comercio. Apresentar registro do produto na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº460/99. Em caso do fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr(frasco 75ml)	Fr	150	R\$ 28,08	R\$ 4.212,00
13	Amoxicilina, associada com clavulanato de potássio, 500mg + 125mg. Cápsulas, deve conter na embalagem a descrição "proibida a venda pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante	Cp	750	R\$ 3,89	R\$ 2.917,50

	conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (cápsula)				
14	Anlodipino, besilato 10mg. Comprimido. A embalagem deve conter venda proibida pelo comercio. Apresentar registro do produto na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº460/99. Em caso do fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr(comprimido)	Cp	15.000	R\$ 0,07	R\$ 1.050,00
15	Anlodipino, besilato de, 5 mg, comprimido. A embalagem deve conter venda proibida pelo comercio. Apresentar registro do produto na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº460/99. Em caso do fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr(comprimido)	Cp	40.000	R\$ 0,03	R\$ 1.200,00
16	Atenolol 50mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr(comprimido)	Cp	4.000	R\$ 0,06	R\$ 240,00
17	Azitromicina, 600mg, susp. Oral, pó para suspensão oral, frasco com 22,5 ml a embalagem deve conter " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	200	R\$ 5,63	R\$ 1.126,00
18	Azitromicina,500mg, comprimido revestido ou cápsul. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão " venda proibida pelo comercio." unidade de fornecimento:cpr(ampola)	Cp	1.000	R\$ 0,78	R\$ 780,00
19	Baclofeno 10mg, comprimido, devera conter a seguinte impressão:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: comprimido	Cp	700	R\$ 0,20	R\$ 140,00
20	Captopril, comprimido 25 mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. "apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em	Cp	10.000	R\$ 0,04	R\$ 400,00

	caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)				
21	Carbonato de cálcio, associado com vitamina d3, 1250 mg (equivalente a 500 mg de cálcio) + 400 ui. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	1.500	R\$ 0,07	R\$ 105,00
22	Carvedilol 12,5mg. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (comprimido)	Cp	2.000	R\$ 0,08	R\$ 160,00
23	Carvedilol 25mg. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (comprimido)	Cp	2.000	R\$ 0,12	R\$ 240,00
24	Cefalexina, 500mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. "apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	2.000	R\$ 1,33	R\$ 2.660,00
25	Cefalexina, suspensão oral 250 mg/5 ml fr.com 60ml. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio." apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	200	R\$ 6,77	R\$ 1.354,00
26	Cetoconazol 200mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	1.000	R\$ 0,33	R\$ 330,00

27	Ciprofloxacino, comprimido 500mg, a embalagem do produto devera conter a seguinte impressao:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricacao e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso defabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr(comprimido)	Cp	5.000	R\$ 0,19	R\$ 950,00
28	Cloreto de sódio 0,9%, solução nasal. Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	250	R\$ 0,95	R\$ 237,50
29	Colagenase, clorafenicol, 0,6ui + 1%, uso tópico 30gr. A embalagem deve conter a descrição "proibida a venda pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: bisnaga	Bng	250	R\$ 20,32	R\$ 5.080,00
30	Dexametasona acetato de creme 0,1% tb. 10g., a embalagem do produto devera conter a seguinte impressao:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: bng(bisnaga)	Bng	300	R\$ 1,46	R\$ 438,00
31	Dexametasona, solução oral 0,1 mg/ml fr.100ml, a embalagem doproduto devera conter a seguinte impressao:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	200	R\$ 3,35	R\$ 670,00
32	Dexclorfeniramina maleato 0,4 mg/ml, xarope. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressao:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	500	R\$ 2,87	R\$ 1.435,00
33	Diclofenaco de sódio,50mg, a embalagem do produto devera conter a seguinte impressao: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e	Cp	2.500	R\$ 0,06	R\$ 150,00

	certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)				
34	Diclofenaco, sal resinato 15 mg/ml, frasco 20 ml. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: frasco	Fr	70	R\$ 4,01	R\$ 280,70
35	Digoxina,0,25mg, a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	4.000	R\$ 0,16	R\$ 640,00
36	Dimenidrinato 2,5 mg/ml, solução oral - frasco com 120ml a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Fr	50	R\$ 6,61	R\$ 330,50
37	Dipirona sódica 500mg/ml, solução oral (gotas), frasco com 10ml. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	800	R\$ 1,96	R\$ 1.568,00
38	Dipirona,500mg, a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	9.000	R\$ 1,93	R\$ 17.370,00
39	Enalapril, maleato 5mg. A embalagem devera conter a expressão " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de	Cp	15.000	R\$ 0,05	R\$ 750,00

	fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (comprimido)				
40	Enalapril, maleato 20mg. A embalagem devera conter a expressão " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (comprimido)	Cp	10.000	R\$ 0,04	R\$ 400,00
41	Eritromicina 500mg. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	500	R\$ 1,63	R\$ 815,00
42	Escopolamina butilbrometo, associada com dipirona sódic (10mg + 250mg). A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (comprimido)	Cp	2.000	R\$ 0,24	R\$ 480,00
43	Escopolamina butilbrometo, associada com dipirona sódica 6,67mg + 333mg/ml, solução oral. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: frs(frasco)	Fr	200	R\$ 6,80	R\$ 1.360,00
44	Espironolactona,25mg, a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	5.000	R\$ 0,18	R\$ 900,00
45	Fenoximetilpenicilina 80.000ui/ml - solução oral. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr(frasco)	Fr	30	R\$ 25,68	R\$ 770,40

46	Fluconazol, cápsula 150 mg (r), a embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (cápsula)	Ca	1.000	R\$ 0,52	R\$ 520,00
47	Furosemida,40mg, a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	10.000	R\$ 0,05	R\$ 500,00
48	Glibenclamida,5mg, a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	25.000	R\$ 0,04	R\$ 1.000,00
49	Gliclazida 30 mg, liberação prolongada. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	10.000	R\$ 0,38	R\$ 3.800,00
50	Hidralazina 25mg. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (comprimido)	Cp	1.000	R\$ 0,35	R\$ 350,00
51	Hidralazina 50mg. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (comprimido)	Cp	1.000	R\$ 0,65	R\$ 650,00
52	Hidroclorotiazida 25mg, a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em	Cp	30.000	R\$ 0,03	R\$ 900,00

	caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)				
53	Hidróxido de alumínio, associado ao hidróxido de magnésio 60 mg + 40 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100ml. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	300	R\$ 3,49	R\$ 1.047,00
54	Ibuprofeno 50 mg/ml, suspensão oral, frasco com 30ml. A embalagem deve conter venda proibida pelo comercio. Apresentar registro do produto na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº460/99. Em caso do fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (unidade) frasco	Fr	350	R\$ 2,64	R\$ 924,00
55	Ibuprofeno 600mg embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	5.000	R\$ 0,19	R\$ 950,00
56	Ipratrópio, brometo 0,25 mg/ml, solução para inalação frasco com 20ml. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	100	R\$ 2,67	R\$ 267,00
57	Isossorbida, sal dinitrato 5 mg, sublingual. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: comp (comprimido)	Cp	300	R\$ 0,32	R\$ 96,00
58	Ivermectina 6mg. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: comp (comprimido)	Cp	1.000	R\$ 1,10	R\$ 1.100,00

59	Levonorgestrel 1,5mg. A embalagem devera conter a impressao "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricacao e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: comprimido	Cp	100	R\$ 5,51	R\$ 551,00
60	Levonorgestrel, associado ao etinilestradiol 0,15 mg + 0,03 mg, características adicionais:em blister com 21 comprimidos. A embalagem devera conter a impressao "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricacao e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: comprimido	Cp	350	R\$ 0,13	R\$ 45,50
61	Levotiroxina 100mcg. A embalagem devera conter a impressao "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricacao e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (comprimido)	Cp	300	R\$ 0,35	R\$ 105,00
62	Levotiroxina 25mcg. A embalagem devera conter a impressao "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricacao e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (comprimido)	Cp	300	R\$ 0,35	R\$ 105,00
63	Levotiroxina 75mcg. A embalagem devera conter a impressao "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricacao e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (comprimido)	Cp	300	R\$ 0,34	R\$ 102,00
64	Levotiroxina 88mcg. A embalagem devera conter a impressao "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricacao e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (comprimido)	Cp	300	R\$ 0,44	R\$ 132,00
65	Lidocaína, cloridrato 2%, geléia,30g. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressao:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos	Bng	200	R\$ 4,93	R\$ 986,00

	na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: bng(bisnaga) uso interno				
66	Loratadina 10mg. A embalagem deve conter " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: (comprimido)	Cp	7.000	R\$ 0,08	R\$ 560,00
67	Loratadina 1mg/ml, xarope, frasco com 100ml. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	300	R\$ 2,87	R\$ 861,00
68	Losartana potassico sulcado, 50mg comprimido. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido sulcado, apresentar amostra)	Cp	30.000	R\$ 0,05	R\$ 1.500,00
69	Mebendazol 20 mg/ml, suspensão oral, frasco com 30ml. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	50	R\$ 1,96	R\$ 98,00
70	Mebendazol,100mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	700	R\$ 2,04	R\$ 1.428,00
71	Metformina cloridrato 500mg, comprimido. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul,	Cp	25.000	R\$ 0,16	R\$ 4.000,00

	apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)				
72	Metformina, 850mg, comprimido sulcado. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	30.000	R\$ 0,13	R\$ 3.900,00
73	Metildopa 250 mg comprimido, devera conter a seguinte impressão:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: comprimido	Cp	2.000	R\$ 0,36	R\$ 720,00
74	Metildopa 500 mg comprimido, devera conter a seguinte impressão:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: comprimido	Cp	2.000	R\$ 0,82	R\$ 1.640,00
75	Metoclopramida 10mg.a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor	Cp	1.000	R\$ 0,08	R\$ 80,00
76	Metoprolol, tartarato 100mg. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Unidade de fornecimento: un (comprimido)	Cp	5.000	R\$ 0,30	R\$ 1.500,00
77	Metronidazol 100 mg/g, creme vaginal, com aplicador. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: bng +10 aplicadores	Bng	150	R\$ 5,75	R\$ 862,50
78	Metronidazol 40 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100ml. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	150	R\$ 7,24	R\$ 1.086,00

79	Metronidazol, 250mg, a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	1.000	R\$ 0,18	R\$ 180,00
80	Miconazol, nitrato, creme vaginal, a 2% embalagem: bg de 80gr + 16aplicador ginecológico, contendo a impressão " venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: bng 16 aplicadores, apresentar registro	Bng	200	R\$ 8,06	R\$ 1.612,00
81	Neomicina, sulfato de + bacitracina (5mg + 250ui) /g pomada, tubo com 15 gramas, a embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: bng(bisnaga)	Bng	500	R\$ 2,29	R\$ 1.145,00
82	Nifedpino, 10mg, a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	3.000	R\$ 5,74	R\$ 17.220,00
83	Nifedpino, 20mg, a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	4.000	R\$ 0,13	R\$ 520,00
84	Nimesulida, 100mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	12.000	R\$ 0,08	R\$ 960,00
85	Nistatina, creme vaginal 25.000 ui/g, tubo com 60 gramas + 12aplicador, a embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos	Bng	250	R\$ 5,69	R\$ 1.422,50

	produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: bng(bisnaga), apresentar registro.				
86	Nitrato de prata 10mg/ml, solução oftálmica. A embalagem: devera conter a seguinte impressão:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor	Fr	10	R\$ 34,79	R\$ 347,90
87	Noretisterona 0,35 mg, blister com 35 unidades. A embalagem devera conter a impressao "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricacao e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: comprimido	Cp	150	R\$ 0,29	R\$ 43,50
88	Omeprazol,20mg cápsula. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido) ou cps (capsula) blister com no máximo 14 comprimidos	Cp	12.500	R\$ 0,05	R\$ 625,00
89	Oxibutinina cloridrato 5 mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	500	R\$ 1,72	R\$ 860,00
90	Paracetamol 200mg/ml, solução oral, frasco com 15ml. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	700	R\$ 1,80	R\$ 1.260,00
91	Paracetamol 500mg. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do	Cp	8.000	R\$ 0,30	R\$ 2.400,00

	país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (comprimido)				
92	Pasta d' água, talco + glicerina + óx. Zinco + água de cal, 25% +25% + 25% + 25%, pote 100g.a embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	20	R\$ 4,77	R\$ 95,40
93	Permetrina 10 mg/ml, loção, frasco com 60ml. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	50	R\$ 2,02	R\$ 101,00
94	Petrolato, líquido, laxativo, uso oral, frasco com 100ml.a 6,00 embalagem do produto devera conter a impressa " venda proibida pelo comercio." apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: frs (frasco)	Fr	100	R\$ 6,00	R\$ 600,00
95	Prednisolona, fosfato sódico 1 mg/ml, solução oral, 7,99 frasco com 100ml . A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	200	R\$ 7,99	R\$ 1.598,00
96	Prednisona, 5mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	3.000	R\$ 0,13	R\$ 390,00
97	Prednisona,20mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	3.500	R\$ 0,20	R\$ 700,00

98	Prometazina, cloridrato de 25mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	7.500	R\$ 0,19	R\$ 1.425,00
99	Propranolol, 40mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	15.000	R\$ 0,05	R\$ 750,00
100	Ranitidina,150mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	1.000	R\$ 0,48	R\$ 480,00
101	Rivaroxabana 10mg, devera conter a seguinte impressão:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: comprimido	Cp	300	R\$ 0,25	R\$ 75,00
102	Rivaroxabana 20mg, devera conter a seguinte impressão:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: comprimido	Cp	1.000	R\$ 0,42	R\$ 420,00
103	Sais para reidratacao, pó,27,9g, a embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: env(envelope)	Evn	200	R\$ 1,05	R\$ 210,00
104	Salbutamol 100mcg/dose, aerosol oral, frasco com 200 doses+ aerocamara. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante	Fr	200	R\$ 12,81	R\$ 2.562,00

	conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)				
105	Simeticona 75 mg/ml, emulsão oral - gotas, frasco com 10ml. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	500	R\$ 1,39	R\$ 695,00
106	Sinvastatina 20 mg, comprimido.a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	40.000	R\$ 0,17	R\$ 6.800,00
107	Sulfadiazina, de prata associada com nitrato de cério 1% + 0,4%, creme. A embalagem deve conter " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: pote(pote)	Pot	50	R\$ 14,45	R\$ 722,50
108	Sulfametoxazol, associado à trimetoprima 400mg + 80mg. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (comprimido)	Cp	2.000	R\$ 0,22	R\$ 440,00
109	Sulfametoxazol, associado à trimetoprima 40mg + 8mg/ml, suspensão oral. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: frasco	Fr	600	R\$ 3,46	R\$ 2.076,00
110	Sulfato ferroso 25mg/ml de ferro ii, solução oral-gotas, frasco com 30ml. A embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de	Fr	100	R\$ 0,93	R\$ 93,00

fornecimento: fr (frasco)					
111	Sulfato ferroso 40mg de ferro ii. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	15.000	R\$ 0,05	R\$ 750,00
112	Timolol 0,5%, solução oftálmica. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	20	R\$ 2,39	R\$ 47,80
				Valor total	R\$ 138.521,20

LOTE 2

Item	Especificação	Und	Quant.	VI. Unit.	VI. Total
1	Ácido ascórbico, 100 mg/ml, injetável. Ampola com 5ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento:amp (ampola)	Amp	1.500	R\$ 1,44	R\$ 2.160,00
2	Acido tranexamico 50mg/ml, solução injetável. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	1.000	R\$ 4,88	R\$ 4.880,00
3	Água destilada, frasco com estéril e apirogênica 10 mml, ampola. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento:	Fr	3.600	R\$ 0,34	R\$ 1.224,00

4	Água destilada, bidestilada, estéril, apirogênica, frasco com 100ml, ampola. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	1.000	R\$ 4,23	R\$ 4.230,00
5	Amicacina sulfato 250 mg/ml, solução injetável, ampola de 2ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	200	R\$ 7,64	R\$ 1.528,00
6	Amicacina sulfato 50 mg/ml, solução injetável, ampola de 2ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	200	R\$ 4,79	R\$ 958,00
7	Aminofilina 24 mg/ml, solução injetável, ampola de 10ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	150	R\$ 6,40	R\$ 960,00
8	Amiodarona, solução injetável 50mg/ml, ampola de 3ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	400	R\$ 4,23	R\$ 1.692,00
9	Ampicilina sódica, solução injetável 1g, ampola. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	800	R\$ 7,46	R\$ 5.968,00
10	Ampicilina sódica, solução injetável 500mg, ampola. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc	Amp	400	R\$ 4,77	R\$ 1.908,00

	do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)				
11	Atropina sulfato, solução injetável 0,25mg/ml, ampola de 1ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	600	R\$ 0,84	R\$ 504,00
12	Benzilpenicilina benzatina, 1.200.000ui pó p/ suspensão injetável, fa + diluente, caixa com 50 frascos ampolas. A embalagem devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio." apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp(ampola)	Amp	2.000	R\$ 6,40	R\$ 12.800,00
13	Benzilpenicilina benzatina, 600.00ui pó p/ suspensão injetável, fa + diluente. A embalagem devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio." apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp(ampola)	Amp	800	R\$ 6,45	R\$ 5.160,00
14	Betametasona, fosfato 4 mg/ml, solução injetável, ampola de 1ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	500	R\$ 3,49	R\$ 1.745,00
15	Bicarbonato de sódio 8,4% solução injetável, ampola de 10ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	600	R\$ 1,04	R\$ 624,00
16	Bromoprida, 5mg/ml, apresentação: injetável. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor	Amp	1.000	R\$ 1,64	R\$ 1.640,00

	oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)				
17	Carvão ativado, pó preto, inodoro, 12,01 g/mol, c, pureza mínima de 90%, cas 7440-44-0. Frasco com 100ml. A embalagem deveser ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: g (grama)	G	20	R\$ 53,20	R\$ 1.064,00
18	Cefalotina sódica, 1 g, pó para solução injetável + diluente. A embalagem deveser ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	200	R\$ 4,38	R\$ 876,00
19	Ceftriaxona sódica, 1 g, pó p/ solução injetável. A embalagem deveser ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	800	R\$ 4,98	R\$ 3.984,00
20	Cetamina (solução) 500 mg/10 ml, deve conter na embalagem a descrição "proibida a venda pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp(ampola)	Amp	100	R\$ 3,32	R\$ 332,00
21	Cetoprofeno 100 mg, pó liófilo p/ injetável, e.v. a embalagem deveser ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	2.000	R\$ 3,20	R\$ 6.400,00
22	Cetoprofeno 50 mg/ml, solução injetável i.m, ampola de 2ml. A embalagem deveser ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	3.000	R\$ 1,36	R\$ 4.080,00
23	Cimetidina, 150 mg/ml, solução injetável. A embalagem deveser ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado	Amp	800	R\$ 1,35	R\$ 1.080,00

	de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)				
24	Ciprofloxacino cloridrato, 2 mg/ml, solução injetável. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	400	R\$ 10,78	R\$ 4.312,00
25	Clindamicina, 150 mg/ml, solução injetável. Ampola ou f.a. 4ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	600	R\$ 3,19	R\$ 1.914,00
26	Cloranfenicol, 4 mg/ml, solução oftálmica. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Fr	100	R\$ 24,85	R\$ 2.485,00
27	Cloreto de potássio, 10%, solução injetável. Ampola de 10ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	400	R\$ 0,44	R\$ 176,00
28	Cloreto de sódio, 0,9 %, solução injetável, 10ml de solução. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	2.000	R\$ 4,26	R\$ 8.520,00
29	Cloreto de sódio, 0,9% , solução injetável, ampola com 100ml, sistema fechado de transferência frasco/bolsa. A embalagem deve conter venda proibida pelo comercio. Apresentar registro do produto na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº460/99. Em caso do fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de	Amp	2.500	R\$ 4,55	R\$ 11.375,00

	fornecimento: un (unidade)				
30	Cloreto de sódio, 0,9% solução injetável, sistema fechado. Frasco com 250ml. A embalagem deveser ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	1.200	R\$ 4,78	R\$ 5.736,00
31	Cloreto de sódio, 0,9% solução injetável, sistema fechado. Frasco com 500ml. A embalagem deveser ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	2.000	R\$ 5,71	R\$ 11.420,00
32	Cloreto de sódio, 20%, solução injetável. Ampola com 10ml. A embalagem deveser ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	200	R\$ 0,87	R\$ 174,00
33	Clorpromazina 5mg/ml solução injetável. A embalagem deveser ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	200	R\$ 1,92	R\$ 384,00
34	Colírio anestésico-solução oftálmica-esterial 10ml deveser conter a seguinte impressão:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: frasco	Fr	10	R\$ 28,56	R\$ 285,60
35	Deslanósido, 0,4 mg/ml, solução injetável. A embalagem deveser ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Fr	150	R\$ 7,76	R\$ 1.164,00
36	Dexametasona, 4 mg/ml, solução injetável. Ampola com 2,5ml. A embalagem deveser ter a inscrição " venda	Amp	4.000	R\$	R\$

	proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)			2,42	9.680,00
37	Diazepam 10mg/ml, solução injetável. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp(ampola)	Amp	800	R\$ 1,22	R\$ 976,00
38	Diclofenaco, sal sódico 25mg/ml, solução injetável, ampola 3ml, a embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp(ampola)	Amp	2.000	R\$ 1,25	R\$ 2.500,00
39	Dimenidrinato, associado com piridoxina cloridrato, 50mg + 50mg/ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	550	R\$ 9,90	R\$ 5.445,00
40	Dipirona sódica, 500 mg/ml, solução injetável. Ampola de 2ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	6.000	R\$ 1.76	R\$ 10.560,00
41	Dobutamina cloridrato, 12,5 mg/ml, injetável. Ampola com 20ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	100	R\$ 7,40	R\$ 740,00
42	Enoxaparina, solução injetável 40mg, seringa preenchida, 4ml, a embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio".. Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul,	Und	100	R\$ 15,37	R\$ 1.537,00

	apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: seringa preenchida				
43	Epinefrina, 1mg/ml, solução injetável. A embalagem deveser ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	400	R\$ 1,22	R\$ 488,00
44	Ergometrina, maleato 0,20mg/ml, solução injetável. A embalagem deveser ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	600	R\$ 2,24	R\$ 1.344,00
45	Escopolamina butilbrometo + dipirona sódica, 4mg + 500mg/ml, solução injetável. Ampola com 5ml. A embalagem do produto deveser conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp(ampola)	Amp	1.000	R\$ 2,08	R\$ 2.080,00
46	Escopolamina butilbrometo 20 mg/ml, solução injetável, ampola 1ml, a embalagem deveser conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp(ampola)	Amp	500	R\$ 1,00	R\$ 500,00
47	Estradiol, valerato associado com noretisterona enantato (5mg + 50mg/1m), injetável. A embalagem deveser conter a impressao "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricacao e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (ampola)	Amp	100	R\$ 10,40	R\$ 1.040,00
48	Etilefrina cloridrato, 10mg/ml, injetável. Ampola com 1ml. A embalagem deveser ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar	Amp	300	R\$ 4,29	R\$ 1.287,00

	documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)				
49	Fenitoína sódica 50 mg/ml, solução injetável. Ampola com 5ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	300	R\$ 2,18	R\$ 654,00
50	Fenobarbital sódico, 200 mg/ml, solução injetável. Ampola com 1ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	200	R\$ 2,37	R\$ 474,00
51	Fenoterol bromidrato 5 mg/ml, solução oral, frasco com 20ml, a embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr(frasco)	Fr	20	R\$ 4,31	R\$ 86,20
52	Fentanila, sal citrato, 78,5 mg/ml, solução injetável. Ampola com 5ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	200	R\$ 4,13	R\$ 826,00
53	Fitomenadiona, 10 mg/ml, solução injetável. Ampola com 1ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	200	R\$ 2,14	R\$ 428,00
54	Flumazenil, 0,1 mg/ml, solução injetável. Ampola com 5ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	250	R\$ 5,15	R\$ 1.287,50
55	Furosemida, 10mg/ ml, solução injetável, ampola de 2ml. A embalagem do produto devera conter a seguinte	Amp	1.750	R\$	R\$

	impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)			0,90	1.575,00
56	Gentamicina, 40 mg/ml, solução injetável. Ampola com 2ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	400	R\$ 1,26	R\$ 504,00
57	Glicerol 95%, supositório adulto, a embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: supositório	Und	20	R\$ 1,24	R\$ 24,80
58	Glicerol 95%, supositório infantil, a embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: supositório	Und	20	R\$ 1,23	R\$ 24,60
59	Glicerol, 12%, clister. Solução retal. Frasco com 500ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: u (unidade)	Und	60	R\$ 11,08	R\$ 664,80
60	Gliconato de cálcio, 10%, solução injetável 100mg/ml. Ampola com 10ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	400	R\$ 2,04	R\$ 816,00
61	Glicose, 25%, solução injetável. Ampola com 10ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em	Amp	1.000	R\$ 0,64	R\$ 640,00

	caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)				
62	Glicose, 5%, solução injetável, sistema fechado. Frasco de 500ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: fr (frasco)	Fr	500	R\$ 7,61	R\$ 3.805,00
63	Glicose, associada ao cloreto de sódio, 5% + 0,9%, solução injetável, sistema fechado. Frasco com 500ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: u (unidade)	Und	600	R\$ 6,57	R\$ 3.942,00
64	Glicose, solução injetável 50%, ampola de 10ml, a embalagem devera conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp(ampola)	Amp	1.200	R\$ 0,50	R\$ 600,00
65	Haloperidol 5mg/ml, solução injetavel ampola 1ml, a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	200	R\$ 3,86	R\$ 772,00
66	Haloperidol decanoato 50mg/ml, solução injetavel, a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	225	R\$ 10,93	R\$ 2.459,25
67	Heparina sódica, 5.000 ui/ml, injetável, ampola 0,25ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor	Amp	300	R\$ 18,41	R\$ 5.523,00

	oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)				
68	Hidralazina, 20 mg/ml, solução injetável. Ampola com 1ml. A embalagem deveria ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	200	R\$ 6,11	R\$ 1.222,00
69	Hidrocortisona, 100mg, injetável. Pó para solução injetável + diluente. A embalagem deveria ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	600	R\$ 4,40	R\$ 2.640,00
70	Hidrocortisona, 500mg, injetável. Pó para solução injetável + diluente. A embalagem deveria ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	650	R\$ 4,20	R\$ 2.730,00
71	Imunoglobulina humana, anti rho(d), 300 mcg, solução injetável, 1ml. A embalagem deveria conter a impressão "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp(ampola)	Amp	5	R\$ 284,45	R\$ 1.422,25
72	Insulina nph 100ui/ml deveria conter a seguinte impressão: "venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: frasco	Fr	40	R\$ 25,27	R\$ 1.010,80
73	Insulina regular 100ui/ml deveria conter a seguinte impressão:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: frasco	Fr	40	R\$ 30,57	R\$ 1.222,80
74	Lidocaina cloridrato 2% ,solução injetável, sem vaso constrictor, frasco com 20ml. A embalagem deve conter venda proibida pelo comercio apresentar registro do	Amp	200	R\$ 4,27	R\$ 854,00

	produto na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº460/99. Em caso do fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial.				
75	Lidocaína cloridrato, associada com epinefrina, 2% + 1:200.000, solução injetável, frasco com 20ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	100	R\$ 13,52	R\$ 1.352,00
76	Manitol, 20%, solução injetável, sistema fechado. Frasco com 250ml. Frasco com 500ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: u (unidade)	Und	60	R\$ 8,45	R\$ 507,00
77	Medroxiprogesterona acetato 150 mg/ml, ampola 1ml, a embalagem devera conter a impressao "venda proibida pelo comercio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricacao e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: un (ampola)	Amp	200	R\$ 11,19	R\$ 2.238,00
78	Meropeném tri-hidratado frasco-ampola de 1 g, devera conter a seguinte impressão:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp(ampola)	Amp	100	R\$ 28,74	R\$ 2.874,00
79	Metoclopramida cloridrato, 5 mg/ml, solução injetável. Ampola com 2ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	2.000	R\$ 0,89	R\$ 1.780,00
80	Metronidazol, 5mg/ml, solução injetável. Frasco de 100ml. Ampola com 2ml. A embalagem devera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme	Amp	300	R\$ 4,32	R\$ 1.296,00

	resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)				
81	Midazolam, 5 mg/ml, injetável. Ampola de 10ml. A embalagem deves ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	150	R\$ 5,89	R\$ 883,50
82	Morfina, sulfato, 10mg/ml, solução injetável. Ampola com 1ml. A embalagem deves ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	600	R\$ 4,96	R\$ 2.976,00
83	Nitroprussiato de sodio 25mg, 2ml deves conter a seguinte impressão:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp(ampola)	Amp	30	R\$ 17,83	R\$ 534,90
84	Norepinefrina, 2 mg/ml, solução injetável. A embalagem deves ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	100	R\$ 2,24	R\$ 224,00
85	Ocitocina, 5 ui/ml, solução injetável. Ampola + diluente. A embalagem deves ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	200	R\$ 4,96	R\$ 992,00
86	Omeprazol, 40 mg, injetável. A embalagem deves ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	600	R\$ 8,31	R\$ 4.986,00

87	Ondansertrona 4mg/2ml ev de vera conter a seguinte impressão:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp(ampola)	Amp	100	R\$ 12,81	R\$ 1.281,00
88	Oxacilina, 500 mg, injetável. A embalagem de vera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	400	R\$ 4,67	R\$ 1.868,00
89	Petidina cloridrato, 50 mg/ml, solução injetável. Ampola com 2ml. A embalagem de vera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (ampola)	Amp	200	R\$ 4,28	R\$ 856,00
90	Piperacilina sódica + tazobactam sódico, pó liofilizado para solução injetável 2 g + 250 mg:de vera conter a seguinte impressão:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp(ampola)	Amp	50	R\$ 14,60	R\$ 730,00
91	Prometazina cloridrato, 25 mg/ml, solução injetável. Ampola de 2ml. A embalagem de vera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento:amp (ampola)	Amp	750	R\$ 3,61	R\$ 2.707,50
92	Quelicim 100mg - embalagem: de vera conter a seguinte impressão:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp (frsc)	Frs	100	R\$ 27,03	R\$ 2.703,00
93	Ringer, associado com lactato de sódio, solução injetável, sistema fechado. Frasco com 500ml. A embalagem de vera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ".	Und	1.000	R\$ 10,18	R\$ 10.180,00

	Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: u (unidade)				
94	Sulfato de magnésio, 10%, solução injetável. Ampola com 10ml. A embalagem de vera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento:amp (ampola)	Amp	600	R\$ 5,78	R\$ 3.468,00
95	Sulfato de magnésio, 50%, solução injetável. Ampola com 10ml. A embalagem de vera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento:amp (ampola)	Amp	300	R\$ 5,78	R\$ 1.734,00
96	Terbutalina sulfato, 0,5 mg/ml, injetável. Ampola de 1ml. A embalagem de vera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento:amp (ampola)	Amp	100	R\$ 1,45	R\$ 145,00
97	Tramadol cloridrato, 50 mg/ml, solução injetável. Ampola de 2ml. A embalagem de vera ter a inscrição " venda proibida pelo comercio ". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento:amp (ampola)	Amp	800	R\$ 1,67	R\$ 1.336,00
98	Vitaminas do complexo b, composição básica:b1, b2, b5, b6 e pp, solução iinjetoável 2 ml. Embalagem: de vera conter a seguinte impressão:" venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: amp(ampola)	Amp	1.000	R\$ 1,20	R\$ 1.200,00
				Valor total parcial	R\$ 236.979,50

LOTE 3

Item	Especificação	Und	Quant.	VI. Unit.	VI. Total
1	Ácido valpróico 250 mg. A embalagem do produto deverá conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas práticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	2.500	R\$ 0,23	R\$ 575,00
2	Ácido valpróico 500 mg. A embalagem do produto deverá conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas práticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	18.000	R\$ 0,95	R\$ 17.100,00
3	Ácido valpróico, 50 mg/ml, xarope, frasco com 100ml. A embalagem deve conter "venda proibida pela comércio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas práticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: frs (frasco)	Fr	1.200	R\$ 7,17	R\$ 8.604,00
4	Amitriptilina, cloridrato 25mg.a. embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas práticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	100.00 0	R\$ 0,04	R\$ 4.000,00
5	Amitriptilina, cloridrato 75mg.a. embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas práticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	6.000	R\$ 0,25	R\$ 1.500,00
6	Biperideno 2mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de	Cp	10.000	R\$ 0,41	R\$ 4.100,00

	fornecimento: cpr (comprimido)				
7	Carbamazepina 200mg.a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	100.00 0	R\$ 0,22	R\$ 22.000,00
8	Carbamazepina 20mg/ml, xarope, frasco com 100ml. A embalagem deve conter "venda proibida pela comércio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas práticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: frs (frasco)	Fr	1.200	R\$ 7,62	R\$ 9.144,00
9	Carbonato de lítio 300mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	10.000	R\$ 0,21	R\$ 2.100,00
10	Clomipramina 25mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	40.000	R\$ 0,94	R\$ 37.600,00
11	Clonazepam 0,5 mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	1.000	R\$ 0,06	R\$ 60,00
12	Clonazepam 2,5mg/ml, frasco com 20ml. A embalagem deve conter "venda proibida pela comércio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas práticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: frs (frasco)	Fr	500	R\$ 2,09	R\$ 1.045,00
13	Clonazepam 2mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante	Cp	25.000	R\$ 0,08	R\$ 2.000,00

	conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)				
14	Cloridrato de bupropiona 150mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	200	R\$ 0,34	R\$ 68,00
15	Clorpromazina 100mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	70.000	R\$ 0,35	R\$ 24.500,00
16	Clorpromazina 25mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	6.000	R\$ 0,36	R\$ 2.160,00
17	Clorpromazina 40mg/ml. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: solução oral	Fr	20	R\$ 7,20	R\$ 144,00
18	Diazepam 10mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	12.000	R\$ 0,07	R\$ 840,00
19	Diazepam 5mg. a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	15.000	R\$ 0,08	R\$ 1.200,00

20	Fenitoína 100mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	80.000	R\$ 0,14	R\$ 11.200,00
21	Fenitoína suspensão oral 20mg/ml frasco com 120ml. A embalagem deve conter "venda proibida pela comércio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas práticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: frs (frasco)	Fr	50	R\$ 7,02	R\$ 351,00
22	Fenobarbital 100mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	100.00 0	R\$ 0,22	R\$ 22.000,00
23	Fenobarbital 40mg/ml, frasco com 20 ml. A embalagem deve conter "venda proibida pela comércio". Apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas práticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: frs (frasco)	Fr	500	R\$ 5,21	R\$ 2.605,00
24	Fluoxetina 20mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	100.00 0	R\$ 0,09	R\$ 9.000,00
25	Haloperidol 1mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	2.000	R\$ 0,23	R\$ 460,00
26	Haloperidol 5mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de	Cp	25.000	R\$ 0,14	R\$ 3.500,00

	fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)				
27	Haloperidol, 2 mg/ml, solução oral-gotas, frasco com 20ml. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: frasco)	Fr	500	R\$ 4,96	R\$ 2.480,00
28	Levodopa, associado à benserazida 100mg + 25mg.a embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	10.000	R\$ 1,32	R\$ 13.200,00
29	Levodopa, associado à benserazida 200mg + 50mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	1.000	R\$ 2,39	R\$ 2.390,00
30	Levomepromazina 100mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	25.000	R\$ 0,64	R\$ 16.000,00
31	Levomepromazina 25mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	6.000	R\$ 0,55	R\$ 3.300,00
32	Levomepromazina solução oral (gotas) 40mg/ml. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do	Fr	200	R\$ 10,94	R\$ 2.188,00

	país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: gts				
33	Midazolam 2mg/ml, a embalagem do produto deverá conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comércio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas práticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: gotas	Frs	15	R\$ 22,96	R\$ 344,40
34	Nortriptilina cloridrato, 25 mg. A embalagem do produto deverá conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comércio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	1.000	R\$ 0,40	R\$ 400,00
35	Nortriptilina cloridrato, 50 mg. A embalagem do produto deverá conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comércio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	1.000	R\$ 0,96	R\$ 960,00
36	Paracetamol, associado com codeína 500mg + 0,38 30 mg, comprimido. A embalagem do produto deverá conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comércio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	25.000	R\$ 0,38	R\$ 9.500,00
37	Risperidona 1mg. A embalagem do produto deverá conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comércio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	20.000	R\$ 0,09	R\$ 1.800,00
38	Risperidona 2 mg. A embalagem do produto deverá conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comércio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	3.000	R\$ 0,11	R\$ 330,00
39	Risperidona 3mg. A embalagem do produto deverá conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comércio. "	Cp	25.000	R\$	R\$

	apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)			0,22	5.500,00
40	Risperidona, 1 mg/ml, solução oral, com pipeta dosadora frasco 30 ml. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: frasco)	Fr	1.000	R\$ 5,99	R\$ 5.990,00
41	Tioridazina 50mg. A embalagem do produto devera conter a seguinte impressão: " venda proibida pelo comercio. " apresentar registro dos produtos na anvisa e certificado de boas praticas, fabricação e controle - cbpfc do fabricante conforme resolução anvisa nº 460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do pais de origem traduzido por tradutor oficial. Unidade de fornecimento: cpr (comprimido)	Cp	400	R\$ 0,88	R\$ 352,00
				Valor total parcial	R\$ 252.590,40

VALOR TOTAL	R\$ 628.091,10
-------------	----------------

4 - ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4. - O prazo de entrega dos itens/objetos se dá em até 15 (quinze) dias corridos, contados do(a) emissão de autorização de entrega em remessa única.

4.2 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.3 - Os bens itens/objetos deverão ser entregues no endereço: Secretaria Municipal de Saúde, Rua Manoel Bispo Barbosa - 50, 08:00 às 17:00hs de segunda a sexta. CEP 44.220-000.

4.4 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.5 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.7 - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

4.8 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.9 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.10 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e demais documentos anexos;
- II – Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no presente contrato;
- III – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações estabelecidas no presente contrato, no Termo de Referência, bem como na proposta do Contratado, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- IV – Notificar o Contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas, irregularidades, vícios, defeitos e incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em partes, às suas expensas;
- V – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, por meio de servidor especialmente designado;
- VI – Comunicar a empresa para emissão da Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

- VII – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no presente contrato;
- VIII – Aplicar ao Contratado as sanções previstas em Lei e no presente contrato;
- IX – Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- X – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, feitos pelo Contratado, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo do requerimento, conforme o art. 92, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- a) O prazo estipulado no presente inciso poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente motivado pela autoridade competente.
- XI – Notificar os emitentes da (s) garantia (s) no contrato, quando houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- Parágrafo Único: O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I – Cumprir todas as obrigações constantes do presente contrato e demais documentos anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- II – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- IV – Comunicar o Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- V – Atender às determinações regulares, emitidas pelo fiscal e gestor do contrato, ou autoridade superior, conforme determinado no art. 137, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- VI – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- VII – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- VIII – Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- IX – Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- X – Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- XI – Comunicar aos fiscais do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou incidente que obste à execução do objeto contratual;
- XII – Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- XIII – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação/qualificação na licitação/contratação;
- XIV – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação, conforme artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- XV – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme artigo 116, § único da Lei Federal nº 14.133/2021;
- XVI – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XVII – Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;
- a) Para restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, o Contratado deverá apresentar requerimento formal à Administração, acompanhado de documentação comprobatória dos fatos alegados, ensejadores do eventual desequilíbrio;
- b) O pedido a que se refere a alínea “a” deste inciso, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação;
- XVIII – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- XIX – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- XX – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força de execução deste contrato;
- XXI – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre as condições de segurança e disciplina;
- XXII – Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- XXIII – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- XXIV – Indicar preposto para representá-lo durante toda a execução do contrato;
XXV – Emitir nota fiscal/documento fiscal, de acordo com a cláusula oitava do presente contrato

7 – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- I – O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, consistem na verificação da conformidade da entrega realizada, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- II – A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;
- III – O fiscal do contrato anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º, do artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- IV – A conformidade do material a ser entregue, deverá ser verificada junto ao documento do Contratado que contenha a relação detalhada deste, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas;
- V – O Contratado deverá manter preposto, aceito pelo Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- VI – O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- VII – Ficam designados para as funções de gestor, fiscal e fiscal substituto, nos termos dos artigos 7º e 117, Lei Federal nº 14.133/2021, os servidores indicados na cláusula terceira do presente contrato;
- VIII – A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9 – PAGAMENTO

- 9.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado.
- 9.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.3 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 9.3.1 O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021.

9.3.2 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9.4 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.4.1 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

9.5 A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso de contratação direta e identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação pública, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.5.1 Constatando-se uma situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.5.3 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável; independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

9.7 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.8 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega e instalação dos bens.

9.8.1 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

10. – REAJUSTE

- Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, na proposta de preços;
- Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021;
- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;
- Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, conforme disposto no inciso II desta cláusula;
- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- O reajuste será realizado por meio de termo aditivo.

11. – SANÇÕES

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame/execução do contrato;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica/processo de inexigibilidade ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo, previsto no artigo 5º, da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013;
- II – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, por prazo não superior a 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do inciso acima descrito, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, e máximo de 06 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do inciso acima descrito, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

d) Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

1.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias, autoriza a Administração promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021);

2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia

3. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III – A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (artigo 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

IV – Antes da aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021);

V – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

VI – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

VIII – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158, da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

IX Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para ao Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

Parágrafo Primeiro: A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração, ora Contratante, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

Parágrafo Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Terceiro: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou

para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

Parágrafo Quarto: O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

Parágrafo Quinto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, são passíveis de reabilitação, desde que atendidos os requisitos constantes no art. 163, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 628.091,10 (SEISCENTOS E VINTE E OITO MIL, NOVENTA E UM REAIS E DEZ CENTAVOS)**.

12.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

12.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços

12.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o Índice previsto para a contratação; ou

12.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13. – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA			
Unidade Orçamentaria	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos
07.07 – Fundo municipal de	2023 – Gestão das ações do	3.3.90.30.00 – Material	1500 – 1600



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUBARA

CNPJ: 13.040.233/0001-60

saúde	fundo municipal de saúde	de Consumo	
-------	--------------------------	------------	--

Milene Araújo

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO À PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUBARA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0018/2025

PREGÃO N.º 006/2025

[Nome do Licitante], inscrito no CNPJ n.º [número do CNPJ], com sede à [endereço completo], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). [nome do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade n.º [número da identidade] e do CPF n.º [número do CPF], DECLARA, para fins do disposto no Edital da PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00xx/2025, que:

- Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório e responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei (art. 63 I da Lei nº 14.133/2021);
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63 IV da Lei nº 14.133/2021);
- Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63 §1º da Lei nº 14.133/2021);
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor a partir de 14 anos na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º XXXIII da Constituição Federal (art. 68 VI da Lei nº 14.133/2021);
- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas;
- Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município, acessível em <https://www.saubara.ba.gov.br/site/diariooficial>;
- No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo, e ainda declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.14 deste edital;
- Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso para o propósito de execução e acompanhamento do contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória;
- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em relação ao objeto da licitação.

[Local], [Data]

[Nome do Representante Legal] [Cargo]

[Assinatura]

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUBARA

CNPJ: 13. 040.233/0001-60

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 006/2025

ANEXO - III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1- **OBJETO:** A presente contratação tem como objetivo a aquisição de medicamentos para atendimento das demandas do Hospital Municipal, das unidades de Atenção Básica e demais unidades de saúde do município, garantindo o abastecimento contínuo e adequado para a dispensação à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS). A aquisição contempla medicamentos de uso essencial, necessários para a manutenção dos serviços de saúde, abrangendo tratamentos de doenças crônicas, emergenciais e condições agudas, conforme necessidade dos pacientes atendidos em diferentes esferas.

2- DESCRIÇÕES E QUANTITATIVO:

LOTE 1

Item	Especificação	Und	Quant.	Marca	Vi. Unit.	Vi. Total
1						
2						
3						
	Valor Total					
	Valor Total Por Extenso					

LOTE 2

Item	Especificação	Und	Quant.	Marca	Vi. Unit.	Vi. Total
1						
2						
3						
	Valor Total					
	Valor Total Por Extenso					

LOTE 3

Item	Especificação	Und	Quant.	Marca	Vi. Unit.	Vi. Total
1						

2						
3						
	Valor Total					
	Valor Total Por Extenso					

3 - CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS

Declaro para os devidos fins que estão incluídos no preço total acima descrito todos os custos diretos e indiretos decorrentes da prestação do serviço, objeto desta licitação.

VALIDADE DA PROPOSTA: 120 (cento e vinte dias),

FORMA DE PAGAMENTO: conforme edital

PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme edital.

(cidade) (estado), de de 202X. Assinatura Licitante/Carimbo

OBSERVAÇÃO: As Propostas de Preços deverão ser preenchidas em papel timbrado da licitante

ANEXO – IV MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

....., inscrita no CNPJ nº, **DECLARA**, para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO N.º 000x/202x, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que na presente data, esta empresa:

() está enquadrada como **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa esteja excluída das vedações constante do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() está enquadrada como **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa esteja excluída das vedações constante do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() não está enquadrada como **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**. Declara ainda ter conhecimento de que por esse motivo não será aplicado a esta empresa o tratamento exclusivo ou diferenciado concedido pela Lei Complementar n.º 123/2006.

.....
(data)

.....
(nome e assinatura do representante legal)

OBSERVAÇÃO:

1- Assinalar com um "X" a condição da empresa.

2- Esta declaração deverá ser entregue junto com o documento de credenciamento e a não apresentação, implicará na inaplicabilidade do tratamento diferenciado para o licitante, não podendo o mesmo invocar esse tratamento diferenciado no decorrer da licitação.

CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SAUBARA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, SEGUNDO AS CLAUSULAS ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE SAUBARA - BAHIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede situada na Rua Ananias Requião, 04 – Centro, Saubara, CEP 44.220-000, inscrita no CNPJ sob N.º. 13.040.233/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal de SAUBARA- BA, a Sr. XXXXXXXXXXXX, CPF XXXXXXXXXXXX, RG XXXXXXXX SSP BA, a seguir denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa -----, inscrita no CNPJ sob N.º-----, com sede na -----, representada pelo seu sócio, o Sr. = , inscrito no CPF e RG ----- SSP/--, residente na -----, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam neste ato, o presente contrato, na forma Processo Administrativo nº xxx/2025 e Pregão Eletrônico N.º 00xx/2025 e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Objeto da licitação: A presente contratação tem como objetivo a aquisição de medicamentos para atendimento das demandas do Hospital Municipal, das unidades de Atenção Básica e demais unidades de saúde do município, garantindo o abastecimento contínuo e adequado para a dispensação à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS). A aquisição contempla medicamentos de uso essencial, necessários para a manutenção dos serviços de saúde, abrangendo tratamentos de doenças crônicas, emergenciais e condições agudas, conforme necessidade dos pacientes atendidos em diferentes esferas.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 O Regime de Execução do presente Contrato é de empreitada por menor preço por lote, conforme Planilha Orçamentária de Preços apresentada pela CONTRATADA, em obediência ao Edital do Pregão Eletrônico N.º 0xx/2025 e seus Anexos, que a este integra, independentemente de transcrição, respeitando as disposições constantes da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do mesmo.

3.2 O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O valor global do Contrato é de R\$ (reais), a ser pago de acordo com a Cláusula Quinta do presente contrato.

4.2 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, na forma da legislação em vigor, devidamente atestada pelo órgão solicitante correspondente aos serviços efetivamente fornecidos.

4.3 Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a CONTRATADA adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

4.4 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.

CLÁUSULA QUINTA – ORIGEM DOS RECURSOS E DO REAJUSTAMENTO

5.1 As despesas decorrentes da execução dos serviços contratados com base no Edital do Pregão Eletrônico N° 00xx/2025, correrão à conta de recursos constantes de dotações consignadas no Orçamento Municipal para o exercício corrente, a saber:

Dotação orçamentaria			
Unidade orçamentaria	Projeto/atividade	Elemento de despesa	Fonte de recursos
07.07 – Fundo municipal de saúde	2023 – Gestão das ações do fundo municipal de saúde	3.3.90.30.00 – material de consumo	1500 – 1600

5.2 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / .

5.3 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.9 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 - DA CONTRATADA: São obrigações da CONTRATADA:

6.1.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

6.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

6.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

6.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

6.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

6.1.8 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

6.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 - DA CONTRATANTE:

6.2.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

6.2.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.2.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

6.2.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

6.2.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

6.2.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

6.2.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2.8 A fiscalização do serviço será por equipe designada pela CONTRATANTE, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021:

6.2.8.1 – o gestor do(s) contrato(s) será o servidor xxxxxxxxx(matricula nº xxxx).

6.2.8.2 – o fiscal do(s) contrato(s) será o servidor xxxxxxxxx(matricula nº xxxx).

6.2.9 Poderá a fiscalização ordenar a suspensão total ou parcial dos serviços, caso não sejam atendidas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as reclamações que fizer, sem prejuízo de outras sanções que possam se aplicar a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

8.1 A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender temporariamente a execução deste Contrato, quando necessário por conveniência dos serviços ou da Administração, respeitados os limites legais e os direitos assegurados à CONTRATADA;

8.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

8.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

8.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

- 8.3** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 8.3.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 8.3.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 8.3.3** Indenizações e multas.
- 8.4** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 8.5** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS

9.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÕES

- 10.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 10.3** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.4** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1 As partes signatárias deste Contrato elegem o Foro da Comarca de SANTO AMARO do Estado da Bahia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

SAUBARA/BA, xx de xxxxxx de 2025.

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUBARA

CNPJ: 13.040.233/0001-60

PREGÃO ELETRÔNICO N°006/2025 ANEXO VI - DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

PROPONENTE			
NOME DA EMPRESA			
C.N.P.J. N.º			
ENDEREÇO			
TELEFONE		E-MAIL	

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA			
NOME COMPLETO			
C.I. Nº			
C.N.P.J. N.º			
NACIONALIDADE		ESTADO CIVIL	
ENDEREÇO RESID.			

DADOS BANCARIOS			
NOME DO BANCO		N.º DO BANCO	
NOME DA AGÊNCIA		N.º DA AGÊNCIA	
N.º CONTA CORRENTE			

_____, ____ de _____ de _____. Local e data

Assinatura Representante Legal e Carimbo